

Aprovada. Vai incorporar ao texto.

Há sobre a mesa Requerimento de Destaque. Destaque ao Veto apostado aos Artigos 2º, 6º, 7º, 8º ao Projeto de Lei 3412/20.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada.

Em votação a matéria destacada. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada. Vai incorporar ao texto.

O SR. ELIOMAR COELHO - Sr. Presidente, Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante. Então, foram retirados o 26º, 27º, 45º, 46º, 49º e 50º.

Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Martha Rocha. Em seguida, o Deputado Eliomar Coelho.

A SRA. MARTHA ROCHA (Pela ordem) - Sr. Presidente, boa tarde a todas e todos mais uma vez.

Eu quero apenas fazer a observação da nossa alegria de ver hoje no Diário Oficial a publicação da Lei 7946, que é a tradução de uma luta antiga de vários parlamentares, eu me incluo como um deles, que é a questão do PCCS. Esse programa que era conduzido há mais de 20 anos em que os servidores não tinham qualquer tipo de reposição salarial ou qualquer tipo de reconhecimento.

Acho que foi uma luta que se iniciou na Legislatura passada com a sanção da lei em 2018 e depois um trabalho árduo capitaneado por V.Exa. para conduzir de maneira que fosse palpável e possível ao Governo cumprir.

Eu quero saudar todos os servidores da área da Saúde na figura da Mariléia e na figura do André Ferraz, que foram incansáveis em trazer para nós as angústias dos profissionais da Saúde e de alguma maneira fazer com que vários parlamentares, eu inclusive, fôssemos a voz dos servidores da área da Saúde.

Então, o meu abraço aos servidores na certeza de que valorizamos a saúde pública e valorizamos o Sistema Único de Saúde. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Eliomar Coelho.

O SR. ELIOMAR COELHO (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu quero solicitar a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Projeto 3394/2020 na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Manda para mim o número. Falamos já.

O SR. ELIOMAR COELHO - Já está protocolado, 3394/2020.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI (Pela ordem) - Presidente, informo que eu entrei com uma ação na Justiça, com um mandado de segurança, solicitando que o Rio de Janeiro não receba os jogos da Copa América. Nós temos 2.300 jornalistas credenciados de diferentes partes do mundo, não só da América Latina, e receber um evento desse, que nem estava planejado para acontecer no Brasil e muito menos no Rio de Janeiro, aumenta o risco de que novas cepas acabem vindo para o nosso Estado.

Nós sabemos que os atletas vão se submeter a um processo de testagem permanente, mas é impossível estabelecer esse mesmo protocolo para todos aqueles que transitam ao redor da organização do evento.

Estamos aguardando uma decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, mas eu quero registrar a nossa grande preocupação com a vinda de pessoas de diferentes partes do mundo num momento em que a pandemia ainda não está sob controle e em que o surgimento de novas cepas se transformou num problema muito grande, que pode fazer com que mais vidas sejam perdidas.

Não estava planejado. O Rio de Janeiro não ganhar nada economicamente com isso e ainda vai colocar em risco a vida de uma parcela enorme da sua população.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Ok. Deputado Eliomar, está ok, próxima terça. Solicito à Deputada Tia Ju que assuma a Presidência. Lembro que na próxima semana os Deputados Samuel Malafai, Márcio Pacheco, Sérgio Fernandes, Elton Cristo, Knoploch e Pedro Ricardo estarão de mudança para as novas instalações. Deputada Tia Ju. Ela avisou que ia para o gabinete. Já entrou. Tia?

Estão inscritos...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Estão inscritos os Deputados Luiz Paulo, Eliomar, Dani Monteiro, Waldeck Carneiro, Renata Souza e Enfermeira Rejane.

Antes de passar a Presidência para a Tia Ju, comunico que realizamos hoje pela manhã uma reunião com os Poderes Executivo e Judiciário, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, com a Defensoria e com a Procuradoria do Estado. Nela foi feita uma apresentação que eu estou pedindo para digitalizar e vou mandar já, já no grupo, sobre o caminho do regime de recuperação, da assinatura do acordo. Todos os Poderes falaram. E eu coloquei a importância de os representantes dos Poderes, dos entes presentes, conversarem, dialogarem com seus servidores, porque isso atinge diretamente os servidores agora e para o futuro. Pedi ao Governador Cláudio, e a informação é de que amanhã terá uma apresentação lá da equipe da Secretaria do Tesouro Nacional.

É o meu entendimento e o entendimento de outros ali que nós não estamos no regime. E o que vai pesar agora, e isso é muito, muito importante, é o que se está falando: despesas primárias. Mesmo os investimentos, pela regulamentação da 178, serão atualizados pelo IPCA. Então, não basta ter dinheiro. Se você tiver dinheiro em caixa e não estiver autorizado pelo regime, o órgão não poderá gastar os recursos.

Eu avisei que a Assembleia vai entrar com uma ação por conta da regulamentação da 178, que cita coisas que não estão aprovadas na 178 nem na 159, nem 181. Então, nós, por conta do que vimos fazendo de cortar custos, das votações que fizemos ao longo desse período, do aumento da receita. Então, quero autorização do Plenário para que possamos entrar com uma ação. Em especial, cito a questão do teto, que vai arbitrar um ano, de 17 a 2021. Uma vez arbitrado um ano, só poderá fazer qualquer alteração, porque não está assinado, logicamente - então, estou só antecipando -, uma vez assinado e tiver compromisso com o Regime, de poder, por exemplo, atualizar a correção salarial, só pelo IPCA. Quer fazer investimento em alguma obra importante para o Estado? Só atualizar no ano em que se decidiu, que é entre 17 e 21, para que tenhamos correção pelo IPCA. Então, nada adianta ter recursos se não podemos investir os recursos para melhorar a qualidade de vida do cidadão.

Resssalve, já que são questões fundamentais para nós no Parlamento, que nós não vamos tirar direito de nenhum servidor - nenhum servidor. Também disse e entendi também da fala do Governador que ainda não está claro o que se pode fazer com os recursos da Cedae. Eu entendi que a Secretaria Nacional do Tesouro está criando um impedimento para que o Estado não possa investir esses recursos e, sim, pagar a dívida.

Eu tinha entendido isso lá no 159. Eu disse o tempo inteiro que quanto à Cedae aquele era o momento de discutirmos a adesão

ao Regime. Porque, de qualquer forma, qualquer adesão lá vai ser ruim, mas que poderíamos, naquele momento ali, da discussão da Cedae, do PDL, ter uma chance de fazer um mau acordo.

Então, Deputado Márcio Pacheco, imagina V.Exa., se o Governo não puder investir os recursos da Cedae e ter que pagar dívida, ver perdido todo o esforço que fizemos ao longo dos últimos anos, porque é bom que se diga exaustivamente que nós economizamos em pessoal, entre 2017 e 2020, um bilhão e cem milhões de reais, comparada a folha de 2017 para 2020. A receita saiu de cinquenta bi em 2017 para cinquenta e nove bi em 2020. Então, nós estamos fazendo o nosso dever de casa.

É essa a discussão com a equipe econômica especial da Secretaria do Tesouro Nacional no momento da adesão. Disse ao Governador, mais de uma vez, que meu entendimento é de que nós não estamos no Regime; estamos por liminar do Ministro Fux e por liminar do Ministro Toffoli.

Então, vamos fazer, com os chefes de Poderes e os entes, uma vez por mês, a reunião. E vamos fazer reuniões com as assessorias permanentemente, uma vez por semana, no mínimo. Porque se impõe uma adesão em que, primeiro, vamos ter que votar coisas aqui no Parlamento - esse é o entendimento lá do secretário de Fazenda -, para, depois, mandarmos a proposta para aderirmos.

Quando eu falei com o Governador e com os presentes que a obrigação do Governo é remeter para o Parlamento as mudanças, dizer o que vai ser aprovado, a forma como vai ser aprovado. Não se pode imaginar que vai ser da forma como quer a equipe econômica do Ministro Guedes, que não tem nada para mostrar para o Brasil - não é só para o Rio, não - e que, agora, vem querer fazer uma reforma administrativa indireta no Estado do Rio de Janeiro.

E lembrei também que vários estados estão sem pagamento do serviço da dívida, por conta de liminares. Nós, até há pouco tempo, estávamos pagando o serviço da dívida e com toda a burocracia de não podermos fazer concurso público, atualizar salário de servidores, fazer correção em carreiras, dentre outras vedações.

Então, a reunião foi muito boa, agora vamos aguardar as próximas. Está bom?

Quer falar, Deputado Luiz? Quer falar, Deputado Márcio?

O SR. WALDECK CARNEIRO - Presidente André.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu só quero dizer que é muito importante vocês terem constituído esse fórum, e eu sei que foi uma proposta do Presidente André Ceciliano. É muito importante que os Poderes conversem porque, na verdade, o Regime de Recuperação Fiscal, o novo modelo, é o modelo agora por dez anos. E é muito importante que os Poderes pactuem estratégias comuns, como por exemplo, esta, de dialogar, cada um deles, com os seus respectivos corpos de servidores e servidoras.

Ontem fizemos uma reunião com o Presidente André Ceciliano, com a presença do Deputado Flávio Serafini, do Deputado Luiz Paulo e do mandato do Deputado Eliomar Coelho com o Fospelj, e tratamos exatamente sobre isso: conversar com os servidores, dialogar com as categorias porque, muitas delas, grande parte delas está com demandas reprimidas há muitos anos, sequer a reposição das perdas inflacionárias, que é um mandamento constitucional, tem sido garantida.

Então, é muito importante que vocês mantenham esse fórum, muito importante que possamos ter esse princípio, que o Presidente André apontou aí, de não ter nenhum retrocesso, obviamente, em direitos já consagrados dos servidores. E, ao mesmo tempo, o Estado, na negociação com a União, Presidente André, ter capacidade de se afirmar minimamente como ente federativo. Porque não pode, por detrás, por meio do Regime de Recuperação Fiscal, a União interferir na agenda administrativa dos Estados e promover isso que o Presidente André falou - é mesmo isso -, uma reforma administrativa indireta para os Estados que aderirem ao regime nesse novo modelo.

Então, acho que é muito importante que esse fórum continue se reunindo e, de nossa parte, muitos mandatos aqui estão empenhados em manter o diálogo com os servidores públicos, com a mediação do Presidente da Casa, inclusive tentando construir uma agenda, Deputado Márcio Pacheco.

É muito importante a sua interveniência - e o Deputado Márcio Pacheco é um líder de Governo que se notabiliza por essa capacidade de diálogo que sempre teve -, estamos tentando construir uma agenda, com a intermediação do Presidente André, com o Secretário de Fazenda, da Casa Civil, com o próprio Governador, para iniciar um diálogo, um diálogo respeitoso para tratar das questões que podem ser garantidas agora, nesse plano que o Estado vai ter que apresentar. Porque agora entrou o período de 180 dias, agora que o pedido de adesão do Estado foi aceito pela União, o Estado tem 180 dias para apresentar um plano. E é muito importante definirmos juntos quais são os itens que constarão nesse plano e que dizem respeito à pauta dos servidores e do serviço público.

E não é uma agenda meramente corporativa, Presidente André - vou terminar -, é a defesa do serviço público estadual. Se não houver serviço público estadual valorizado, qualificado, não há prestação de serviço, não há garantia de direitos na educação, na saúde, na segurança, na assistência, na cultura, no esporte, enfim.

Então, acho que é uma agenda muito importante e fico feliz que Assembleia Legislativa tenha tomado essa iniciativa de propor esse fórum dos Poderes, que é um colegiado muito importante nesse momento difícil de preparação da entrada do Estado no novo regime.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, quero parabenizar a sua iniciativa, porque, no Regime de Recuperação Fiscal de 2017, tudo foi feito praticamente à revelia dos Poderes. E V.Exa. vem, de algum tempo, liderando essa proposta de fazer essa reunião com os chefes dos Poderes. Porque, ou o Regime é de todos ou não é de ninguém. Então, quero parabenizar V.Exa.

Como bem disse o Deputado Waldeck Carneiro, é necessário que o diálogo, como V.Exa. colocou também, seja aberto entre os representantes dos funcionários e o chefe de cada Poder. Porque, senão, como às vezes é dito, a responsabilidade, quando o Executivo mandar o Projeto, recai toda nos ombros da Assembleia Legislativa, que tem a sua responsabilidade. Mas um Projeto, para vir para a Casa, do Regime de Recuperação Fiscal, deverá vir antes passando pelo crivo dos diversos chefes de Poderes, que, por via de consequência, também auscultarão os funcionários que lá trabalham, que são os mais punidos pelo regime.

Sr. Presidente, o senhor, coerente com a sua posição, também não é de hoje, diz que qualquer questão, qualquer legislação não poderá tirar de forma nenhuma os direitos adquiridos dos servidores públicos estaduais. Ainda mais, não sei se foi algo dessa conversa hoje, às nove horas da manhã, me parece, se os chefes de Poderes, consoante a Lei Complementar 181, firmaram a posição de não abrir mão sob hipótese alguma o instituto do concurso público e das recomposições das perdas, porque não foi feita menção. Estou só perguntando a V.Exa.

Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida que por mais que eu leia, ela persiste. Se V.Exa. assim me permitir, eu posso redigir uma consulta a V.Exa. para que ela seja feita à Procuradoria da Casa. Porque quando eu leio a liminar do Ministro Dias Toffoli, ele garantiu a participação do Estado no regime antigo, de 2017, até o momento que o Poder Executivo federal regulamentasse todas as leis complementares. E isso já foi feito. O Governo do Estado solicitou adesão ao regime, e a resposta veio no dia 4 de junho. Então, eu passo a entender que mesmo provisoriamente o Estado do Rio de Janeiro - mesmo que provisoriamente - está no novo regime para construir essa proposta em seis meses. Mas o senhor afirma, na sua compreensão, nós não estamos mais em regime nenhum. É uma hipótese.

Eu não apago completamente. Se V.Exa. concorda que eu faça uma consulta formal a V.Exa. para V.Exa. encaminhar à nossa douta Procuradoria da Assembleia Legislativa - douta Procuradoria da Assembleia Legislativa.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu não queria chover no molhado, mas quero aqui realçar. Antes da privatização da Cedae nós tínhamos, entramos no mesmo dia, com dois PDLs; um de autoria de V.Exa. para não fazer a privatização da Cedae naquele momento enquanto não estivesse clara como se daria a participação nossa no regime. E o nosso era simplesmente para cassar o decreto do Governador. E quis a Casa apoiar o Projeto de V.Exa., e nós retiramos o nosso, nem cogitamos colocá-lo na pauta, porque votamos integralmente no seu Projeto de Lei.

Ele foi aprovado. E o chefe do Executivo, estou só lembrando, fez um Ato dizendo que não iria cumprir o Projeto de Decreto Legislativo. E, concomitantemente, o Deputado Alexandre Freitas, evidentemente, com as bençãos do Governo, fez uma ação de inconstitucionalidade, mandando de segurança aqui no Tribunal de Justiça, e desconsiderou o nosso PDL. E a Cedae foi alienada. Agora, está o Poder Executivo num impasse de que terá que usar esse dinheiro para pagar o serviço da dívida. Mas, Sr. Presidente, não é questão nossa. É um problema que o Executivo fez, porque não quis entender o nosso posicionamento. E, por último, faz também muito bem V.Exa. de entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao decreto regulamentador das leis complementares, porque eu nunca vi Decreto extrapolar os preceitos da lei complementar, e o decreto regulamentador extrapola.

Por isso, em relação a sua fala, acho que foi absolutamente positiva essa reunião. E, aí, tudo isso tem que ficar muito claro, porque eu fico muito desconfortável, Sr. Presidente, de ver que nós estamos, em tese, num regime democrático, mas sob a égide de só fazermos aquilo que a União deseja. Cadê o Federalismo? É dizer assim: olha, muito bem, democraticamente os senhores entram no regime. Muito bem, mas só podem fazer o que nós determinarmos.

Então, eu acho que também essa via da Justiça é um feito muito positivo, até porque esse regime não é só para o Estado do Rio de Janeiro, é para todo o Brasil, para todos os Estados que assim o desejarem. E não podem os Estados se submeterem a um decreto que tem artigos inconstitucionais.

Obrigado, Presidente. Se o senhor autorizar, eu faço a consulta. Se não, vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Está autorizada. Deputado Luiz, eu coloquei a questão do concurso e da correção salarial, que é uma questão que nós não abrimos mão. Eu falei aqui.

O SR. LUIZ PAULO - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, eu vou passar a Presidência para a Tia Ju, boa tarde a todas e a todos.

O SR. ELIOMAR COELHO - Boa tarde, mas eu gostaria de colocar uma coisa em relação a isso daí, porque a minha grande preocupação é no sentido de que este Regime de Recuperação Fiscal, quando ele vier, ele vem com uma conta para ser paga. Quem é que vai pagar? É exatamente o servidor público, quem vai pagar é o trabalhador. E esse não está sendo ouvido. Quer dizer, segmentos da sociedade, nenhum deles, de forma organizada, principalmente que representam os trabalhadores, não têm sido ouvidos. É complicado isso daí.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Eliomar, eu ontem recebi aqui um conjunto de representantes dos servidores públicos, de todas as áreas, e eu coloquei que eu ia dar o encaminhamento hoje, que já foi dado pela manhã, de os Poderes vigentes se ouvirem os seus servidores. Isso aí ficou claro e o compromisso de todos lá é que vão ouvir, vão trazê-los também para que possamos discutir o regime. Está bom?

O SR. ELIOMAR COELHO - Muito bem, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Boa tarde a todas e a todos.

A SRA. LUCINHA - Presidente, vou ficar lhe aguardando ao telefone.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Às quatro horas, Deputada Lucinha.

O.k. Obrigado. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passemos ao Expediente Final.

Passa-se ao

Expediente Final

* Os Discursos dos Senhores Deputados, proferidos no Expediente Final, encontram-se publicados no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (www.alerj.rj.gov.br), em conformidade com o Ato N/MD/Nº619/2016.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Não havendo mais oradores inscritos. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15:50 horas)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; TIA JU, 2ª SECRETÁRIA.

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES PRESENTES NA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2021

Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Ceciliano, André Corrêa, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Manguiera, Coronel Salema, Dani Monteiro, Daniel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodatto, Eliomar Coelho, Elton Cristo, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovanni Ratinho, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Jorge Felipe Neto, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abraham, Marcos Muller, Marcus Vinicius, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Rubens Bontempo, Samuel Malafai, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington José, Zeidan.

Id: 2321649

Comissões

PERMANENTES

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se a Comissões de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle com a presença do Senhor Deputado Márcio Canella - Presidente, Rodrigo Bacellar - Vice - Presidente, Márcio Pacheco, Anderson Moraes, Eliomar Coelho, Zeidan e Luiz Paulo - membros efetivos desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella, iniciou os trabalhos, da 1ª Reunião Extraordinária Remota conforme edital publicado em 27.04.2021, embasado na Resolução COFFFC Nº 01/2020, desta Comissão e nos termos do artigo 6º do ATO N/MD/Nº 651/2020, da Mesa Diretora. A seguir, o Senhor Presidente, informou